

DESMONTE E DESMORALIZAÇÃO DA USP:

Observar a cena à distância ou enfrentar a crise?

*Eu sei que as pessoas dizem que nós fizemos cortes de 30% aqui, 30% lá.
Claro, isso era gordura que estava sobrando.*

Marco Antonio Zago, em entrevista concedida à Rádio CBN (08/08/2014)

Caros colegas,

A crise financeira da USP, diz a reitoria, é fruto da gestão delirante de João Grandino Rodas. De acordo com Zago, além de esbanjar dinheiro com uma série infundável de obras e programas, o ex-reitor contratou um número excessivo de servidores e concedeu, sem fazer o devido cálculo, benefícios insustentáveis a docentes e funcionários. Sua intenção agora, diz, é fazer a folha salarial retroceder aos níveis observados em 2010.

Uma análise um pouco mais apurada das contas da USP revela um quadro bastante diverso. Na verdade, a crise financeira é muito anterior ao quadriênio de Rodas. Em 2005 o professor Marcos Macari, então presidente do Cruesp, descrevia em ofício encaminhado ao governo estadual o acelerado crescimento da USP, Unesp e Unicamp, e solicitava o aumento da alíquota do ICMS destinada a seu custeio. Pedia a elevação de 9,57% para 10,27%. Na época as três universidades já apresentavam acentuado aumento da população discente, tanto na graduação quanto nos programas de pós-graduação, e elas haviam constituído novos campi e novas unidades. Quanto à USP, bastaria citar o exemplo da EACH, criada no início da década passada, por pressão direta do governo do Estado. Hoje ela tem cerca de 5 mil alunos, 260 professores e centenas de funcionários. A despeito de promessas do governo, um correspondente repasse de recursos jamais foi efetivado. No cômputo geral, o número de alunos matriculados em nossos cursos de graduação aumentou, de 1995 até hoje, em mais de 50%. Cresceu também o número de docentes, embora em proporção bem menor, por volta de 16%. Aliás, esse aumento insuficiente de professores traduz-se na superlotação das salas de aula e na dificuldade ou mesmo impossibilidade de oferecermos diversas disciplinas. É longa a lista dos prejuízos ocasionados pelo crescimento não planejado e não discutido da USP, mas sempre aprovado pelo Conselho Universitário, que se tornou mero órgão homologatório da vontade da reitoria.

Hoje, menosprezando aquela iniciativa do Cruesp e ignorando todos os índices de crescimento da instituição, o reitor afirma taxativamente que a USP não precisa de mais recursos públicos. Ele sequer se dignou a procurar os deputados da Assembleia Legislativa por ocasião da discussão em torno da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Até mesmo alguns deputados da base aliada do governo se mostraram sensíveis a essa demanda, mas nessa luta estivemos sozinhos; a reitoria ignorou solenemente os convites que lhe foram feitos para se engajar no processo.

A fórmula encontrada por Zago para se sujeitar à política do Palácio dos Bandeirantes e, ao mesmo tempo, reequilibrar as finanças, consiste em cortar os salários de seus colegas e funcionários, confiscar o dinheiro destinado à pesquisa e suspender a contratação de novos docentes, mesmo em caso de substituição daqueles que se aposentam. Assim, em vez de nos representar perante o governo, a reitoria faz o contrário disso, e passa a representar tão somente os desígnios do governo estadual, que, como demonstram os dados escandalosos da educação básica, procura se eximir de toda e qualquer responsabilidade frente aos desafios do ensino público.

Com a crise instalada, a imprensa conservadora se delicia, e uma parcela dos demais dirigentes universitários – alguns diretores de unidade e a maior parte dos demais membros do Conselho Universitário – se cala, consentindo com a inépcia e a tibieza da reitoria.

Diante desse quadro, qual é o nosso papel como docentes da USP? Temos duas saídas: optar pela pretensa normalidade da rotina acadêmica, ou daquilo que dela restou, ou então lutar de maneira legítima por nossas condições de trabalho. É urgente que nos unamos em torno de uma agenda comum, constituída não apenas de princípios abstratos, mas de informação concreta sobre os números que a reitoria tenta sonegar. Um exemplo apenas é suficiente para mostrar a má-fé com que Zago trata a questão salarial. Desde o início do ano, ele vem sustentando a tese de que 105% do orçamento da universidade está comprometido com a folha de pagamento de salários. Muita gente não sabe, mas ao mencionar o valor do

orçamento previsto para este ano, ele deixa de incluir uma receita superior a 400 milhões de reais, oriunda de rendas próprias da universidade. Por que omite a informação?

Espero que nossa geração não fique marcada pela pecha do descompromisso e da falta de engajamento que, em curto e médio prazo, levarão ao desmonte da USP. Não nos iludamos, a política de arrocho salarial não é contingencial nem passageira. Também não será passageira a investida contra o regime de dedicação integral. Se Zago se sentir minimamente confortável para levar a cabo seu projeto de enxugamento, o arrocho irá continuar, sempre sob a mesma alegação e com a mesma recusa a lutar por um financiamento compatível com o tamanho e a qualidade da USP. Diante de nossos alunos de graduação e de nossos pós-graduandos não podemos admitir que a carreira acadêmica se torne não a primeira, mas uma última opção profissional. Para eles, se acatarmos silentes a vontade reitoral, sobrarão a já mencionada superlotação das salas, um corpo docente desmotivado e desmoralizado e os serviços essenciais precarizados, tornando-se a USP em pouco tempo um exemplo de completa falência institucional, do mesmo modo que se viu destruído o ensino na escola básica.

Sobre a manifestação de quatro professores da Faculdade de Direito, rapidamente divulgada pela reitoria, parece-me que chega a conclusões apressadas sobre o direito de greve. Documento recente, também redigido por colegas do Largo São Francisco, faz avaliação inteiramente diversa, embasada igualmente no texto constitucional e na jurisprudência. No texto distribuído pela reitoria, chama a atenção o tratamento dado a uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Reproduzo aqui trecho em que se procura justificar o corte de ponto dos grevistas:

O Supremo Tribunal Federal, órgão máximo do Judiciário brasileiro, foi mais longe ao determinar, nos autos do Recurso Extraordinário RE 456530/SC, de 13 de maio de 2010 (Relator Ministro Joaquim Barbosa) que **“os salários dos dias de paralisação não deverão ser pagos**, (grifos nossos) *salvo no caso em que a greve tenha sido provocada justamente por atraso no pagamento aos servidores públicos civis, ou por outras situações excepcionais que justifiquem o afastamento da premissa da suspensão do contrato de trabalho (art. 7o da Lei No 7.783/1989, in fine)”*.

Os colegas da Faculdade de Direito grifam aquilo que lhes interessa, preferindo ignorar a advertência enunciada logo a seguir: *“salvo no caso em que a greve tenha sido provocada justamente por atraso no pagamento aos servidores públicos civis, ou por outras situações excepcionais que justifiquem o afastamento da premissa da suspensão do contrato de trabalho”*. O quarteto de juristas que se apressa em apoiar o reitor não verificou nenhuma excepcionalidade no congelamento dos salários de docentes e demais servidores. Prefere destacar a possibilidade de corte a observar a ressalva quanto à situação em que ele claramente deixa de ser aplicável. Face a uma inflação anual que beira os 7% a recusa da autoridade universitária em promover o reajuste implica de fato uma redução salarial, prática também vedada pela Constituição.

Seja como for, cabe perguntar por que a reitoria, depois de tantas promessas de diálogo, opta justamente pela saída mais radical, que é a de punir com toda severidade a voz discordante. A universidade deveria constituir exemplo de discussão democrática e de transparência. E de sua autoridade máxima, seria de esperar o comedimento, a disposição para conversar e o respeito pela opinião divergente. Aliás, ela deveria se dirigir diretamente aos docentes, funcionários e estudantes para expor suas ideias e propostas. Mas, para nossa surpresa e consternação, é pelo jornal que tomamos conhecimento de seus atos.

Alguns colegas têm proposto o retorno às aulas como solução para o impasse. É uma opinião legítima, que todos temos de respeitar. Pergunto apenas se não está na hora de enfrentarmos a crise de frente, num debate franco e aberto, em que as opiniões possam se explicitar com clareza. O momento está a exigir de nós uma participação efetiva nessa discussão. Desde o início da greve, nas assembleias setoriais e em plenárias realizadas na FFLCH, temos tido a oportunidade de manifestar nossos pontos de vista, de ouvir os demais e deliberar sobre ações concretas de luta pela preservação da pesquisa e da docência. Todos nós – que bem ou mal nos identificamos com alguma concepção de universidade – guardamos afinidades com este ou aquele colega, com este ou aquele grupo. Nada mais salutar, mas neste momento de crise temos a obrigação de agir com tolerância, dialogar num espaço ampliado e buscar um mínimo de consenso.

Cordialmente,
Tercio Redondo